

A UFPB E OS DIREITOS HUMANOS

Maria de Nazaré Tavares Zenaide¹

1. Apresentação

A UFPB vem ao longo das décadas de 70, 80 e 90 exercendo como ator social, um relevante papel, intervindo através do ensino, da pesquisa e da extensão no processo de desenvolvimento econômico, social, cultural e científico do Estado da Paraíba. Enquanto espaço de formação e produção de conhecimento, a UFPB tem desempenhado um significativo papel político e cultural. Enquanto espaço privilegiado de produção do conhecimento, a UFPB tem exercido seu papel histórico na construção da cidadania democrática, se colocado à disposição de processos participativos e dos movimentos sociais, na construção de sujeitos políticos capazes de exercitar na luta profissional, social e institucional, a conquista dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

2. Origens dos Direitos Humanos na UFPB – A contribuição da Extensão Universitária no fortalecimento do Processo Democrático

Segundo ZENAIDE (1999), as práticas de direitos humanos da UFPB na Paraíba tem assumido uma significativa identidade com as lutas pelos direitos políticos e coletivos reivindicados através dos movimentos e organizações sociais.

Ao longo da década de 70, a UFPB através de ações de extensão saiu de dentro dos seus muros para assessorar, capacitar, assistir e apoiar as lutas pela anistia, pela defesa do meio ambiente, pela reforma agrária, pela defesa das *minorias sociais*, articulando-se com movimentos sociais e fomentando a criação de organizações não-governamentais e públicas em direitos humanos, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.

Na década de 80, a extensão universitária da UFPB engajou-se no fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, movimento feminista e outros, assessorando, capacitando e apoiando movimentos e organizações não-governamentais, tais como: o Serviço de Educação Popular – SEDUP em Guarabira, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo, o Centro da Mulher 8 de Março, e outras. (ZENAIDE, 1999)

¹ Professora do Dep. de Serviço Social da UFPB, Pró-Reitora Adjunta de Extensão COPAC/PRAC, Coordenadora da área temática “direitos humanos” do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras.

O Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares – SEAMPO no CCHLA deu início a um conjunto de ações de educação e assessoria aos movimentos sociais rurais e urbanos, assim como o Núcleo de Documentação – NUDOC construiu através de documentários e vídeos, a memória dos Direitos Humanos, através das lutas sociais e das ações de extensão. (NASCIMENTO, apud ZENAIDE, 2002, p. 139-143).

No plano interno, a UFPB através da Portaria R/GR/008/89 designou uma comissão provisória para apresentar uma proposta ao Conselho Universitário de criação de uma comissão de Direitos Humanos no âmbito da Universidade. (DIAS e TOSI, 1996, p. 85).

Nos anos 90 a UFPB dá um passo significativo no tocante a institucionalização do direitos humanos. A nível interno instituiu através da Resolução No.25 de 28 de março de 1990 do Conselho Universitário, a Comissão de Direitos do Homem e do Cidadão, que em 1992, com os objetivos de:

1. conscientizar a comunidade paraibana da importância do respeito aos direitos do homem e do cidadão;
2. promover o acompanhamento da situação dos direitos humanos na Paraíba e denunciar a violação desses direitos;
3. solidarizar-se com a causa dos direitos humanos;
4. tomar posição sobre a questão dos direitos humanos, participando de atos e ações que concorram para o respeito desses direitos, ou para fazer cessar a sua violação;
5. promover seminários, debates, pesquisas e outros eventos sobre os direitos humanos;
6. promover ou apoiar iniciativas de caráter individual ou coletivo, que visem a restauração ou a preservação da moralidade administrativa e à integridade do patrimônio público;
7. cooperar com outras comissões congêneres e com outros órgãos semelhantes, para a realização dos objetivos indicados nos incisos anteriores deste artigo;
8. Apresentar, anualmente, ao Conselho Universitário relatório de suas atividades. (LYRA, 1996, p.197)

No plano externo, lidera o processo de criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão – CEDDHC, instituído através da Lei Estadual No. 5.551 de 15 de janeiro de 1992, fortalecendo desse modo a criação de mecanismos institucionais de proteção e defesa, condição institucional para a luta em prol dos direitos humanos no Estado e no país. (LYRA, 1996, p.25)

Ainda nos anos 90, a UFPB apoiou e participou através de seus docentes, técnicos e discentes, da criação da Associação dos Amigos da Natureza, o Centro da Mulher 8 de Março e da Sociedade de Assessoria aos Movimentos Populares e Sindical.

Os direitos humanos na UFPB, ao longo das últimas três décadas, tem andado em consonância com a dinâmica da sociedade brasileira, uma vez que está intrinsecamente articulado com o processo político. A origem e a história dos direitos humanos no Brasil e na Paraíba tem se caracterizado pela sua trajetória em defesa da cidadania democrática, de modo que sua identidade política é claramente definida em relação a democracia e a defesa intransigente do direito da vida. Segundo CANDAU (1999) a educação em direitos humanos na América latina tem se multiplicado ao longo dos anos 80 com a expansão das organizações e movimentos de democratização nas várias áreas do continente latino-americano.

3. A UFPB na implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos e no Plano Estadual de Direitos Humanos

Com a implantação em 1996, do Programa Nacional de Direitos Humanos, as universidades tiveram sua participação ampliada na promoção dos direitos humanos. Com o PNDH foram postas as universidades por diferentes atores públicos de pesquisa, demandas de capacitação, de assessoria e consultoria, assim como de representatividade na formação dos conselhos. O processo de assessoria a realização dos seminários e sistematização do PNDH foi realizada com a assessoria do Núcleo de Estudos da Violência da USP, criado em 1987. Durante os seminários realizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém, Porto Alegre e Natal, as universidades públicas deram sua contribuição. (PINHEIRO e MESQUITA NETO, 1997, p. 117). A UFPB esteve presente através da CDH no seminário de Recife.

As demandas de capacitação e assessoria dos órgãos de segurança, justiça e cidadania para a UFPB e o CEDDHC, emergem a partir desse novo momento histórico, em que o governo chama para si a responsabilidade com os direitos humanos. Esta demanda segundo PINHEIRO (ibid, p. 118), surge diante da necessidade do governo brasileiro enfrentar internacionalmente as graves violações aos direitos humanos praticadas por agentes do Estado bem como, implementar a reforma do Estado e consolidar o regime democrático, garantindo os direitos de cidadania e os direitos humanos no Brasil.

No tocante ao PNDH, a UFPB tem participado das Conferências Nacionais, assim como contribuiu em 27 de julho de 2000, com a realização do Seminário de Avaliação do PNDH em João Pessoa, evento realizado em parceria com o CEDDHC, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e o NEV/USP.

No processo de construção do Plano Estadual de Direitos Humanos, a UFPB em parceria com o CEDDHC, a Secretaria da Segurança Pública com o apoio do Ministério da Justiça e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, colaborou para a realização das Oficinas de Preparação do Plano Estadual de Direitos Humanos, processo este que antecipou a Conferência Estadual que deliberou sobre as metas programáticas para o Estado da Paraíba. Foram realizadas três oficinas regionais no Estado com o apoio da UFPB no processo de mobilização e organização dos trabalhos, envolvendo discentes, docentes e técnicos, nas oficinas realizadas em Guarabira, Sousa e Campina Grande no período de novembro a dezembro de 1999.

A CDH participou ainda em 2002, através de sua representação da I Conferência Estadual de Direitos Humanos, quando foi deliberado através das representações institucionais as metas de ação para o Estado.

2. A Prática da Extensão em Direitos Humanos na UFPB 1990/2001

Enquanto tema e prática de natureza interdisciplinar, o modo de trabalhar o tema dos direitos humanos na UFPB tem sensibilizado e mobilizado diferentes áreas do conhecimento – História, Filosofia, Direito, Psicologia, Sociologia, Ciência Política, Serviço Social, Pedagogia - e centros – Ciências Jurídicas, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Ciências da Educação.

Através da extensão, a UFPB vem atuando em projetos de educação em direitos humanos, de assistência jurídica, de assessoria às instituições públicas como polícia e escolas, ONGs e conselhos, num amplo leque de intervenção, significando direitos humanos como uma prática para todos e com todos. Dentre as ações em direitos humanos realizadas pela UFPB, através da Comissão de Direitos Humanos, da Coordenação de Programas de Ação Comunitária, dos centros de Ciências Jurídicas e de Ciências Humanas, destacam-se:

- Serviços de Assessoria e Consultoria as lutas e ações:

Serviço de assessoria aos Movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos

Serviço de assistência Jurídica às áreas de reforma agrária

Assessoria às lutas dos povos indígenas potiguaras e resgate da cultura;

Assessoria ao movimento segurança e cidadania;

Apoio e assessoria a Pastoral dos Negros;

Apoio ao Movimento do Espírito Lilás;

Apoio ao Centro da Mulher 8 de Março;

- Campanhas

Campanha pela tipificação da tortura como crime

Bloco dos Excluídos

Campanha de Segurança na UFPB

Campanha pela Vida e contra a Violência

Campanha pela Paz nas Escolas e Bairro

- Ações de Formação Básica em Direitos Humanos

Cursos de formação política para trabalhadores rurais;

Alfabetização de Adulto para a construção civil;

Cursos de Cidadania para jovens e comunidades urbanas;

Curso de Extensão em Direitos Humanos

Formação de Agentes para o Programa Paz nas Escolas

- Ações de Formação para militantes de Direitos Humanos

Cursos sobre oficina pedagógica em direitos humanos para militantes;

Curso de formação de educadores em direitos humanos;

Teoria Política

Políticas Públicas na Paraíba

Cultura Política, Democracia e Cidadania

Democracia: da antiguidade à atualidade

- Seminários:

Seminário Saúde em Discussão

Seminário Minorias Sociais e Étnicas

Seminário Questão Penitenciária, Justiça e Cidadania;

Seminário O Adolescente em Conflito com a Lei;

Seminário Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos;

Seminário Avaliação do PNDH;

Seminário Gestão em Policiamento Comunitário;

Seminário Reforma da Segurança Pública;

- Cursos de Extensão em Direitos Humanos

Cursos a nível de extensão em Direitos Humanos promovido pela UFPB em parceria com o CEDDHC, secretarias de Estado e do Município, com apoio do Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/Departamento Nacional dos Direitos Humanos e do SEFOR/FAT,

para servidores do sistema de segurança pública (policiais militares, civis, agentes e delegados, servidores das delegacias especializadas da mulher);

Cursos de Gestão em Policiamento Comunitário (1997, 1998, 1999, 2000 e 200);

Cursos de qualificação do servidores do sistema penitenciário(agentes, dirigentes, dirigentes, assistentes sociais, psicólogos, dentistas, advogados e enfermeiros), de justiça (defensores públicos) e educação (educadores e dirigentes escolares);

Cursos de qualificação profissional para apenados (oficinas produtivas e cursos de gestão de projetos produtivos);

Curso de Segurança, Educação e Cidadania com escolas da rede estadual de ensino;

Curso de Ética e Cidadania;

- Produção e Difusão de Informação e do Conhecimento

Produção de material didático-pedagógico de acesso popular;

Produção de boletins e jornais;

Produção de folhetos e textos;

Produção de cartilhas;

Produção de livros;

Produção de Vídeos;

Produção de home-page;

- Apoio político:

Apoio as lutas e movimentos sociais (violência rural, questão indígena, movimento feminista, movimento homossexuais, movimento negro, movimento de policiais);

Fóruns de defesa (dos povos indígenas, contra a exploração do trabalho infanto-juvenil, exploração sexual)

- Ações de Intercâmbio Nacional

Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos

Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos

Movimento Nacional de Direitos Humanos

Rede Uni-cidadania - Rede de Universidades e Movimentos Sociais – UFPB – UNEB – Fundação

Joaquim Nabuco – CJP/BA – Fórum de Entidades de Direitos Humanos do Estado da Bahia/

MLAL/Movimento Negro Unificado/BA – V.I.D.A Brasil/BA

Consórcio de Direitos Humanos

Núcleo de Estudos da Violência

Secretaria de Estado dos Direitos Humanos

Rede Nacional de Extensão Universitária em 2000. – área temática de direitos humanos – congregando os projetos de extensão universitária em direitos humanos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Gabinete de Assessoria às Organizações Populares – GAJOP/Fundação Ford

- Ações de Intercâmbio Internacional

Fórum Internacional de Educação em Segurança Pública

O Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos – PUC/SP, Columbia University, que no II Colóquio em 2002 criou a Rede Internacional de Educação em Direitos Humanos, integrando as universidades e ONG's do Consórcio.

Fundação Ford

UNESCO

UNICEF

MLAL

3. O Ensino em Direitos Humanos

No campo da educação formal no âmbito da UFPB esta vem desenvolvendo disciplinas optativas em cursos de graduação (Direito, História, Filosofia e Serviço Social) disciplinas e, cursos de pós-graduação (Curso de Especialização em Gerontologia e Curso de Especialização em Sexualidade Humana) e o I e II Curso de Especialização em Direitos Humanos.

No tocante ao ensino, a UFPB tem atuado ainda, com o Centro de Ensino da PMPB na implementação de conteúdos e disciplinas de Direitos Humanos;

Quanto ao ensino fundamental e médio, a UFPB em 2002 contribuiu coma Secretaria da Educação e Cultura na realização do Curso de Ética e Cidadania para educadores da rede estadual de ensino,

3. A pesquisa e a produção do conhecimento em Direitos Humanos na UFPB

As pesquisas em direitos humanos na UFPB surgem no plano do ensino, dos trabalhos monográficos originados nos cursos de graduação, especialização e mestrados. No tocante a extensão, as pesquisas emergem das demandas sociais em diagnósticos de realidade, seja da violência contra a criança e o adolescente, a violência na/da escola, e outros.

Dentre as linhas temáticas investigados, destacam-se:

- Memória das entidades e movimentos de direitos humanos;
- Educação em Direitos Humanos;
- Comunicação e Direitos Humanos;
- Democracia e Segurança Pública;
- Assistência Jurídica;
- Questão Penitenciária, Política Pública e Direitos Humanos
- Avaliação de Programas e Instituições em Direitos Humanos;
- Diagnósticos sobre Violência e Segurança Pública;
- Gênero e Violência;
- Cultura e Povos Indígenas;
- Educação e Violência;
- Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
- Os Direitos Humanos dos Idosos
- Questão Agrária e Direitos Humanos
- Representações Sociais e Direitos Humanos
- Saúde, Trabalho e Direitos Humanos
- Meio Ambiente e Direitos Humanos
- Direitos Humanos da Pessoa Portadora de Deficiência
- Criança e Adolescente
- Multiculturalidade, Etnias e Direitos Humanos

Bibliografia Consultada

- BENEVIDES, M, Victoria in: *Jornal da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos*, São Paulo, no. 01/ maio 1997.
- BETO, Frei. *Educação em Direitos Humanos* in: **Direitos mais humanos**. Rio de Janeiro. Garamound, 1998
- BRASIL. Relatórios da Comissão de Direitos Humanos da UFPB, 1991/1992.
- BRASIL. Relatórios da Comissão de Direitos Humanos da UFPB, 1993/1994.
- BRASIL. Relatórios da Comissão de Direitos Humanos da UFPB, 1996- 1997.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, 1996.
- CANDAU, Vera e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares Zenaide. (org) **Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos**. João Pessoa: J.B. editora, 1999

CARNEIRO, Glória e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Representações Sociais da Prática Institucional em Direitos Humanos e Educação Popular em João Pessoa. UFPB. 1995 (mimeo)

CANDAU, Vera Maria e ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Oficinas pedagógicas em Direitos Humanos**. João Pessoa: JB Editora, 1999

DIAS, Lúcia Lemos. Ações educativas em direitos humanos. ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (org) Relatório de experiência de educação em direitos humanos. João Pessoa, JB Editora, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e MESQUITA NETO, Paulo de. Programa nacional de direitos humanos. **Estudos Avançados**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol I, No. 01, 1987.

_____. **Primeiro relatório nacional sobre os direitos humanos no Brasil: realizações e desafios**. São Paulo: USP/ NEV, 1999.

LYRA, Rubens Pinto. **A Nova Esfera da Cidadania**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999

SOARES, Maria Victória Benevides. Cidadania e Direitos Humanos. Caderno Política. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/ Cortez Editora, junho de 1998

ZENAIDE. Maria de Nazaré Tavares e CARNEIRO, Maria Glória. Representações sociais da prática institucional e educação popular em João Pessoa. João Pessoa, Departamento de Serviço Social, 1997 (mimeo)

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (org) Relatório de experiência de educação em direitos humanos. João Pessoa, JB Editora, 1999.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares e DIAS, Lúcia Lemos. **Formação em direitos humanos na Universidade**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.